

Assunto: TJPE na corrida pela “meta 18”	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 15/10/2013
Editoria: POLÍTICA	Seção:

política

TJPE na corrida pela “meta 18”

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vai ter que correr contra o relógio para cumprir a “Meta 18” até o fim do ano. Até agora, segundo dados atualizados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do total de 3.471 processos que envolvem casos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública distribuídos até 2011, ainda restam 2.334 para serem analisados no Estado.

O total de 1.137 casos já julga-

dos (583 em 2012 e 554 este ano) coloca Pernambuco no patamar de 32,76% no cumprimento da meta. O percentual é aproximado de tribunais como o do Ceará (32,35%) e Goiás (35,35%). Lideram com os melhores resultados, São Paulo (94,60%) e Amapá (93,61%). A Meta 18 foi estabelecida no VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, promovido pelo CNJ em novembro de 2012. O objetivo é julgar, até o final de 2013, todos os processos contra a ad-

ministração pública e de improbidade administrativa direcionados ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), à Justiça Federal e aos Estados até 31 de dezembro de 2011.

Diante do desafio que tem pela frente, o TJPE promoveu, ontem, o 5º Encontro Regional de Combate à Corrupção, dentro do plano de ação da Meta 18. O encontro foi no Salão Pleno do Palácio da Justiça e reuniu mais de 60 magistrados e servidores do Judiciário na RMR, pa-

ra discutirem maneiras de agilizar o cumprimento da meta. Estiveram presentes o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Og Fernandes, o procurador da República Wellington Saraiva, o presidente do TJPE, desembargador Jovaldo Nunes, além do corregedor-geral de Justiça, desembargador Frederico Neves, do gestor da Meta 18 em Pernambuco, desembargador Mauro Alencar, e do procurador-geral de Justiça, Agnaldo Fenelon.

Assunto: Desembargador prestigia casamento	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 15/10/2013
Editoria: PROGRAMA	Seção: PERSONA

2 QUINTA-FEIRA • Recife, 10 de julho de 2013

PERSONA



Roberta
Jungmann

Colaboração de
ROMERO MARAL

Maurício Ferry



Os noivos **Leticia** e **Alberto** ladeados pelos pais, **Erlene de Oliveira** e **José Carlos da Paixão**, **Lúcia** e o desembargador **Alberto Virgínio**, na Basílica do Sagrado Coração de Jesus

Assunto: Desembargador prestigia casamento	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 15/10/2013
Editoria: PROGRAMA	Seção: PERSONA

2 QUINTA-FEIRA • Recife, 10 de julho de 2013

PERSONA



Roberta
Jungmann

Colaboração de
ROMERO MARAL

Maurício Ferry



Márcia e o futuro presidente do Tribunal de Justiça de PE, desembargador **Frederico Neves**

Assunto: Seguem abertas as inscrições para a Semana Nacional de Conciliação	
Veículo: Portal NE10	Data: 14/10/2013
Editoria:	Seção:



Seguem abertas as inscrições para a Semana Nacional de Conciliação



Termina nesta quarta-feira (16) o prazo para inclusão de processo para ser avaliado na Semana Nacional de Conciliação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), realizada de 2 a 6 de dezembro. O evento objetiva a diminuição do acúmulo de processos e incentiva a cultura da conciliação processual e pré-processual. Até o prazo estipulado, as empresas com documentos que tramitam nas unidades judiciárias das comarcas do Recife, Caruaru e Garanhuns deverão realizar o cadastro pela internet informando o nome da empresa, o responsável por ela e os contatos para os e-mails: conciliar.recife@tjpe.jus.br, concliar.caruaru@tjpe.jus.br ou concliar.garanhuns@tjpe.jus.br.

Depois de realizar o cadastro, o advogado deve enviar a relação processual, até o dia 25 de outubro, para o email: semanadaconciliação@tjpe.jus.br. Nesta data será divulgada a lista sobre a inserção ou não do processo na unidade judiciária no site do TJPE.

Assunto: Eficiência de 10 dos 27 tribunais estaduais é “preocupante”, diz CNJ	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 15/10/2013
Editoria: Política	Seção:



Eficiência de 10 dos 27 tribunais estaduais é 'preocupante', diz CNJ

Os dez são os TJs de GO, BA, PB, TO, ES, PI, PE, MT, RR e CE.

Grau de eficiência considera atuação de juízes e resolução de processos.

Relatório sobre o panorama da Justiça brasileira divulgado nesta terça-feira (15) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostra que, no ano passado, 10 dos 27 tribunais estaduais do país tiveram baixa produtividade dos magistrados e alta taxa de congestionamento de processos (ações que terminaram o ano sem conclusão).

Segundo o documento "Justiça em Números", é "preocupante" o quadro de eficiência dos tribunais de Goiás, Bahia, Paraíba, Tocantins, Espírito Santo, Piauí, Pernambuco, Mato Grosso, Roraima e Ceará.

"A situação menos desconfortável é a do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que, com pequenos aumentos na produtividade, poderá melhorar os indicadores de seus magistrados e de seu congestionamento", afirmou o CNJ.

Os outros nove tribunais, apontou o conselho, "precisariam empreender esforços para melhorar suas marcas de produtividade".

A taxa de eficiência, medida pelo Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus) - criado nesta edição do "Justiça em Números" - , considera a força de trabalho do tribunal, as despesas totais, a litigiosidade e número de processos resolvidos. A partir dos dados, se estabelece a eficiência do TJ considerando a estrutura que ele tem e comparando com os outros tribunais de acordo com o porte de cada um.

O relatório, divulgado anualmente pelo CNJ desde 2009, visa possibilitar "conhecimento amplo" do Judiciário e possibilitar medidas de integração, redução das desigualdades regionais e melhor prestação do serviço à sociedade.

No levantamento de 2011, o CNJ não verificou a eficiência dos tribunais levando em conta vários dados, apenas avaliou a taxa de processos que não foram julgados. Na ocasião, 11 TJs do país tinham índice superior a 71% de ações não julgadas.

Alta dos processos em andamento

Os dados mostram que, em todo o país, estão em andamento no Judiciário 92,2 milhões de processos, 4,3% mais do que no ano anterior (2011), quando os tribunais somavam 88,4 milhões de ações.

Sete de cada dez processos judiciais nos tribunais brasileiros não tiveram a tramitação concluída em 2012 porque não foram julgados. Esse número vem se repetindo desde o início da série histórica do relatório, em 2009.

Na primeira instância da Justiça (varas de justiça estaduais e federais), a taxa de congestionamento é maior – 85% dos processos em andamento no ano passado não foram julgados.

Segundo o relatório, em 2012, cada um dos 17 mil juízes do país sentenciou, em média, 1,45 mil processos, 1,4% mais que no ano anterior. Além disso, cada magistrado resolveu 1.628 casos definitivamente, 4,1% mais do que em 2011.

O número de casos julgados, diz o conselho, não acompanha o volume de processos que entram no Judiciário e, por causa disso, a taxa de produtividade não evolui consideravelmente.

"A resolução dos processos judiciais, seu julgamento definitivo e sua baixa, é responsabilidade constitucional do Poder Judiciário e de todo o sistema de Justiça. O aumento da litigância, por outro lado, é fenômeno mais complexo. A quantidade de processos que ingressam cresce mais significativamente que o quantitativo de sentenças e o de baixas."

O presidente do CNJ e do STF, Joaquim Barbosa, esteve na apresentação dos dados e afirmou que o excesso de novos processos não é fenômeno que envolve somente o Judiciário, mas a sociedade como um todo.

"Esse excesso de litigância não pode ser explicado apenas por estatísticas e não pode ser respondido apenas pelo Judiciário. [...] O retrato que ora se apresenta é nacional, demonstra as disparidades nacionais, a diferença na produtividade regional e expõe a carga de trabalho a que se submetem os juízes", disse Barbosa no lançamento dos dados.

Custos da Justiça

Segundo dados do relatório, as despesas do Judiciário somaram R\$ 57,2 milhões no ano passado, equivalente a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Por habitante, o custo é de R\$ 300,48. Dos gastos, R\$ 50,7 bilhões (88,7% da despesa) são com recursos humanos. A Justiça tinha, em 2012, 17.077 juízes, dos quais 14.410 na primeira instância, 2.379 desembargadores e 82 ministros dos tribunais superiores (Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Militar).

Ao todo, o Judiciário tem 390 mil funcionários, sendo 269 mil efetivos e comissionados e 121 mil terceirizados, estagiários e conciliadores sem vínculo.

Assunto: TJPE requer indisponibilidade de bens da ex-prefeita de Sertânia	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 14/10/2013
Editoria:	Seção:



TJPE requer indisponibilidade de bens da ex-prefeita de Sertânia



O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), no Agravo de Instrumento 0010453-55.2013.8.17.0000, determinou a indisponibilidade dos bens da ex-prefeita de Sertânia, Cleide Ferreira (PSB), esposa do deputado Ângelo Ferreira (PSB), em decorrência de irregularidades constatadas pelo Ministério do Turismo, no evento “Festa da Juventude”.

A indisponibilidade dos bens havia sido negada em primeira instância, em caráter liminar, porém, essa decisão foi reformada pelo Tribunal de Justiça, em publicação da última sexta-feira (11).

O valor da rejeição das contas da ex-prefeita, apurado pelo próprio ministério, apenas com esse convênio, é da ordem de R\$ 316.427,40.